

Germanismo entre lembrança e esquecimento: patrimônio cultural em Estrela/RS

BIBIANA WERLE*

Resumo: Este trabalho propõe uma análise sobre o período posterior à Campanha de Nacionalização varguista como um momento de reativação do movimento germanista através de políticas públicas para o patrimônio cultural, viabilizadas tanto pelo poder público como privado do município de Estrela, no Rio Grande do Sul. Tributário da pesquisa referente a minha dissertação de mestrado, focalizo neste trabalho eventos locais como o Festival do Chucrute, o Grupo Folclórico de Danças Alemãs, os roteiros turísticos e as festividades locais como o Park Chopp Fest e a Brotfest e a Casa-museu do casal Shinke. Inserindo-se no regime de historicidade presentista (HARTOG, 2014), o debate em torno da patrimonialização galopante dos bens culturais é transversalizado por interesses políticos, ideológicos e econômicos presentes numa sociedade pautada pela sensação de aceleração da história, onde o futuro é percebido como uma ameaça e o passado, portanto, ganha amparo no presente através das ativações memoriais proporcionadas pela construção de “lugares de memória” (NORA, 1993). No sentido de evidenciar estas questões, são utilizadas fontes como as narrativas produzidas através de entrevistas realizadas sob a metodologia da história oral; documentos institucionais; a imprensa local e materiais de divulgação do turismo local.

1. Considerações iniciais

Considerando a Campanha de Nacionalização ocorrida durante a ditadura estadonovista do governo Vargas como um marco traumático para o movimento do germanismo (*Deutschtum*), especialmente na região sul do Brasil, entre os anos 1930 e 1940¹, este trabalho reflete sobre a maneira como a constituição de “lugares de memória” (NORA, 1993) pelo grupo étnico² teuto-brasileiro do município de Estrela, no Rio Grande do Sul, se

* Doutoranda do PPGH/UDESC.

¹ Durante a Campanha de Nacionalização, as políticas nacionalistas do governo Vargas tiveram especial atenção aos três estados do sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que concentravam maior índice populacional de imigrantes alemães e descendentes.

² A definição de grupo étnico neste projeto é compreendida segundo a concepção de Max Weber (1994, p. 270), segundo o qual “grupos ‘étnicos’ são aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva. De acordo com Regina

relaciona, a partir dos anos 1960, à necessidade que o mesmo tem em reorganizar e reafirmar sua narrativa identitária. Sendo esses “lugares de memória” constituídos tanto através de políticas públicas realizadas pela administração municipal, como também no âmbito do privado, é possível relacioná-los a um projeto de “dever de memória” produzido por agentes inseridos no grupo étnico teuto-brasileiro local.

Passado o momento de luto referente ao intervencionismo do Estado Novo (1937-1945) que, a fim de forjar uma versão da identidade nacional brasileira, reprimiu representações regionais e étnicas do país como o confisco de objetos que tivessem alguma relação com a Alemanha, a proibição e perseguição àqueles que falavam no idioma alemão, invasões a domicílios e inclusive situações de tortura, o grupo étnico teuto-brasileiro passou a investir na constituição de “lugares de memória” que, além de enaltecer uma ideia de germanidade, são produtores um reenquadramento da memória (POLLAK, 1989) do grupo.

2. Germanidade

Traduzido em português para germanidade e significando a noção de etnicidade e de essência do povo alemão, o conceito de *Deutschtum* expressa “uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã” (GERTZ, 1991, p. 32). Juntamente com a expressão *Volkstum*, que remete à ideia de caráter e também de essência do povo, foi sendo construída a ideologia étnica do germanismo, que consiste em “um movimento intelectual surgido entre meados do século XIX e a década de 1940 entre indivíduos do grupo étnico alemão no Brasil [...]” (SILVA, 2005, p. 311). Na compreensão da identidade étnica teuto-brasileira pelos seus intelectuais, portanto, esta é apresentada como uma identidade dual que encontra seu aporte principal no germanismo que, segundo Silva (2005, p. 311), “[...] não é apenas um movimento de valorização de um caráter, identidade ou modo de ser alemão, mas também tem suas origens numa concepção de unidade cultural germânica própria ao nacionalismo do século XIX”.

A concepção desta identidade hifenizada a partir da visão dos intelectuais do grupo étnico significava a necessidade de preservação da etnicidade alemã e, por isso, estabelecia quais seriam os elementos relativos a cada uma das identidades: a teuta e a brasileira.

Weber (2013, p. 10), “A condição ‘étnica’ existe, bem entendido, quando os emigrados já se encontram na América, mas as ações que fomentam a união entre esses indivíduos operam desde a sociedade de origem”.

Combinava-se, então, o nacionalismo alemão (fundamentado no *jus sanguinis*, afirmando a ascendência e a lealdade aos costumes alemães) com o brasileiro (garantindo a lealdade política constitucional). Apesar de ferir o princípio jurídico brasileiro do *jus solis*, que previa o nascimento no território nacional ou a naturalização, Silva (2005, p. 315) explica que “Mais do que contrariar o princípio oficial, esta formulação proposta pelos germanistas ia de encontro aos fundamentos ideológicos da brasilidade, pautados pela assimilação e eliminação das diferenças étnicas”. Dessa maneira, a identidade construída pelo germanismo foi sendo gestada ao longo da primeira república, envolvendo uma ideia de pluralismo étnico em que o grupo descendente mantém seus costumes, sua língua, não deixando de participar da cidadania brasileira, o que envolvia os direitos e deveres adquiridos por diversas etnias imigradas ao Brasil, concedidos pela naturalização ampla através da Constituição de 1891.

A partir dos anos 1930, no entanto, o primeiro governo de Getúlio Vargas inseria o Brasil em um novo momento político nacional: em contraposição a Primeira República, que se caracterizava pelo liberalismo oligárquico e pela acentuada autonomia dos estados federais, o regime varguista pretendia unificar as partes da nação através de um governo centralizado e agente da modernização do país. Entre as ideias que orientaram as ações do Estado Novo para “nacionalizar” os brasileiros estava a de dissolver a possibilidade de formação de enquistamento étnico nas regiões de imigração, que eram marcadas por traços culturais característicos dos lugares de onde provinham os imigrantes. O ano de 1937, além de ser marcado pelo golpe de estado que instituía a primeira ditadura brasileira pelo governo Vargas, foi também o início das ações efetivas de repressão impostas pelos agentes estatais aos grupos étnicos inseridos no Brasil³, que já no início do período republicano eram criticados por nacionalistas como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e João B. de Lacerda, os quais consideravam que o isolamento dos imigrantes em relação à sociedade nacional colocaria a identidade nacional em risco⁴ (BOMENY, 1999, p. 154).

O projeto de construção de uma versão da identidade nacional brasileira nesse período também fez emergir a preocupação com a preservação do patrimônio cultural nacional que,

³Apesar de alcançar italianos, japoneses e alemães, os últimos foram o grupo étnico mais atingido pela Campanha de Nacionalização, em função da característica aversão ao caldeamento do mesmo.

⁴Bomeny (1999, p. 154) ainda se refere a Alberto Torres e Manuel Bonfim, que criticavam a formação nacional dificultada pela sucessão de correntes imigratórias, e o ensino primário, que deveria ser unificado e nacionalizado, respectivamente. No caso dos imigrantes alemães e seus descendentes, sua aversão ao caldeamento se tornava uma questão relevante para estes intelectuais em função da ideia de enquistamento provocada através das sociedades germânicas, da manutenção do idioma e dos casamentos intraétnicos estimulados pelo Deutschtum.

incipientemente pensada a partir de políticas estaduais nos anos 1920, foi reconhecida como uma demanda do Estado na década de 1930, quando criado o primeiro instrumento legal de proteção do patrimônio cultural no país, o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1937 (OLIVEIRA, 2008). Em um primeiro momento geralmente voltadas à consagração de bens representativos do passado religioso luso brasileiro, as políticas de preservação do patrimônio cultural passam a ser compreendidas como mais um elemento da política nacional centralizadora de Vargas que alijava as representações regionais na constituição de uma unidade nacional. No caso dos imigrantes alemães e seus descendentes, não bastasse a imposição da língua nacional nas escolas étnicas, as ações nacionalizadoras dos agentes do governo tinham a intenção de os privarem da manutenção de qualquer tipo de vínculo material e imaterial com a Alemanha.

3. Esquecimento: intervenção estatal sobre a germanidade

Para encontrar fontes de pesquisa que remetessem ao período da repressão aos teuto-brasileiros em Estrela, a inexistência de um arquivo histórico no município foi um fator que desencadeou uma busca incessante por materiais que pudessem testemunhar a proibição da fala no idioma alemão, o fechamento de instituições e a apreensão de objetos de caráter étnico, por exemplo. Desse modo, foi através de documentos cedidos por moradores locais, de documentos encontrados em instituições (como os referentes à Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil - IECLB), jornais salvaguardados pelo filho do antigo sócio do semanário e de entrevistas realizadas a partir da metodologia de História Oral, que o processo de “nacionalização” forçada daquele momento passou a tomar sentido e encontrar chaves de compreensão na pesquisa. Entrecruzando essas fontes, podemos compreender não apenas a perseguição àquilo que se identificasse como germânico, como também a resistência às intervenções materializada em documentos oficiais, notícias de jornais e nas próprias narrativas dos entrevistados. No recorte temático que faço na pesquisa para este trabalho, podemos observar essa situação no âmbito de como as medidas intervencionistas trouxeram alterações no cotidiano da IECLB no município, visto que, segundo matéria do jornal local, O Paladino, somente o vernáculo poderia ser usado no púlpito das igrejas⁵, em 1939.

⁵ “Somente o idioma nacional será usado no púlpito das Igrejas” (O PALADINO, ano XVIII, n. 893, p.2, 11 nov. 1939).

Em um fonograma datado de janeiro de 1942⁶, por exemplo, o presidente do Sínodo Rio-grandense, Pastor Dohms⁷, solicitava urgência para avisar os pastores locais que suspendessem a realização de cultos em língua alemã, de modo que deveriam celebrar apenas atos e sacramentos segundo agendas traduzidas. O receio era de que os cultos realizados em idioma alemão pudessem sofrer alguma intervenção. Além disso, havia o cuidado para que os fieis não participassem das prédicas com leituras individuais, a fim de evitar algum inconveniente, caso proferissem no idioma proibido. Nesse sentido, a narrativa de Álvaro⁸ é elucidativa:

E as pessoas idosas não sabiam falar português. E ali então também na Igreja, não se podia mais fazer sermão em alemão, tinha que ser em português. Já antes se falavam duas línguas, sermão em português e depois alemão. Daí por diante só português e as pessoas não entendiam mais nada, de modo que a própria catequese, evangelização, ficou muito prejudicada, porque as pessoas não entendiam o português, né. (Álvaro, 200)

De acordo com Fáveri (2005, p. 165), “Se o clero estava na mira da ordem e visto como questão de segurança nacional, a repressão tocou fundo na cotidianidade das colônias, porque interferiu no sagrado, nas orações e ofícios até então do costume.” E interferiu também no trabalho dos religiosos, como aconteceu com o pai de Renate, um pastor luterano preso por não saber falar o idioma português. Sobre o caso, a entrevistada afirma: “Sim, nem a liderança sabia falar português, nem elas próprias...”⁹.

Evangélico, Walter recorda as dificuldades com que passou em relação à necessidade de mudança de idioma nos cultos, o que condiz com as tensões que envolveram o Pastor Dohms e as comunidades evangélicas locais:

Bom, na evangélica tinha... os cultos eram só em alemão, os pastores eram todos alemães, então teve um tempo durante este período que quase que não tinha mais culto na igreja evangélica. Eu me lembro que eu fiz minha comunhão aqui, que eu

⁶ Fonte: IECLB Estrela. Fonograma, 30 de janeiro de 1942.

⁷ Através da análise dos documentos encontrados na IECLB, verifiquei a atuação do Pastor Hermann Dohms como mediador entre o Secretário de Educação e Saúde Pública e os pastores das comunidades luteranas locais durante a Campanha de Nacionalização varguista (posição de mediação já referida nos estudos de Dreher, 2001). Através destes documentos aos pastores de Estrela e dos municípios vizinhos, o Pastor Dohms instruíra-os no cuidado que deveriam ter em relação a situações como as prédicas realizadas sob idioma alemão e o perigo da fiscalização sobre o idioma pelos agentes subordinados à Delegacia local na IECLB.

⁸ NOSCHANG, Álvaro R. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonora. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

⁹ HILGEMANN, Renate. Entrevistadora: Bibiana Werle. Estrela, 2010. Cassete sonora. Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora.

devia ter o que? 13 anos? Lá em 41 ou 42... Na época já tava proibido, que foi na guerra do Brasil né?

Atingindo os campos mais íntimos da vida privada, as ações dos fiscais do governo tinham como objetivo “abrasileirar” os teuto-brasileiros via imposição, como podemos observar através das fontes enunciadas, que se reportam ao âmbito religioso. Para além desse aspecto, no entanto, a ideia de nacionalizar os imigrantes e seus descendentes também passava por questões institucionais, como a mudança de nome e diretoria de instituições locais de cunho étnico¹⁰ e o fechamento do jornal O Paladino, em 1941, em função de que trazia algumas matérias em vernáculo, mas traduzidas em alemão. Como podemos observar, ao reprimir a difusão de qualquer elemento identificado a uma germanidade, a Campanha de Nacionalização automaticamente proibiu deliberadamente a circulação do patrimônio cultural de caráter étnico nas regiões marcadas pela imigração. Para os imigrantes alemães e seus descendentes, o momento que se seguiu ao fim da Campanha ficou por certo tempo atrelado ao medo e ao trauma do autoritarismo a que se davam as ações. A seguir, no entanto, observaremos como, aos poucos, o grupo étnico passou a se reorganizar através de novos “lugares de memória”.

4. Lembranças: reativação de um ideal de germanidade em novos “lugares de memória”

Ao utilizar a expressão “lugares de memória”, para reportar-me às ativações patrimoniais constituídas pelos teuto-brasileiros a partir da década de 1960, momento em que o grupo étnico passa a se reorganizar no município de Estrela, os situo como possíveis ativadores de uma memória relativa a um ideal de germanidade. De acordo com Nora (1993, p. 21), os “lugares de memória” desenvolvem-se nos três sentidos da expressão, expostos pelo historiador de forma simultânea, porém em graus diversos: material, simbólico e funcional e que, para existirem, necessitam ter “vontade de memória”, seja através de testemunhos, documentos ou museus, por exemplo. Os “lugares de memória” referidos neste trabalho,

¹⁰ A antiga sociedade ginástica Turn Verein Estrella, atual Sociedade Ginástica de Estrela (SOGES), sofreu intervenção em relação ao seu nome, diretoria e eventos em função de ter sido considerada um foco antinacionalista durante a Campanha de Nacionalização, conforme a documentação presente no Acervo da instituição.

portanto, são compreendidos como os possíveis “vetores” que proporcionam a reativação de uma memória enquadrada fomentada por um ideal de germanidade no município de Estrela.

O silenciamento dos elementos ligados à identidade étnica teuto-brasileira produzido durante a Campanha de Nacionalização tinha, como observamos, razões políticas (POLLAK, 1989, p. 4). Proibir a fala no idioma alemão, confiscar objetos pessoais que remetiam à Alemanha e até torturar aqueles que não se enquadravam num perfil do “genuíno brasileiro” eram maneiras de silenciar que, no entanto, não permitiram o esquecimento pelos imigrantes alemães e seus descendentes (WERLE, 2014, p. 129-137). Assim como afirma Pollak (1989, p. 3),

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas.

As memórias sobre o processo da Campanha de Nacionalização narradas no tempo presente, como analisei em minha dissertação, e também estudadas por Fáveri (2005) e Silva (2008), possibilitam pensarmos neste período histórico como um trauma vivenciado nas regiões marcadas pela imigração alemã. Passado o período de luto desse processo de nacionalização forçada, no entanto, podemos refletir sobre como o grupo étnico passou a reestabelecer uma narrativa identitária.

A fim de reativar um ideal de germanidade, agentes locais passaram criar “lugares de memória” que, ao mesmo tempo em que exaltam-na, provocam um esquecimento público sobre o passado traumático. Segundo Huyssen (2014, p. 158), “esquecer não apenas torna a vida vivível, como constitui a base dos milagres e epifanias da própria memória”¹¹. Enquanto que a memória do passado traumático não evocava elementos desejáveis para um ideal de germanidade, a reativação do mesmo através da constituição do patrimônio cultural local tinha neste a possibilidade de reenquadramento de uma memória (POLLAK, 1989) étnica teuto-brasileira. Como afirma Nora (2008, p. 192), não sendo mais o passado a garantia de um futuro, nele “está a razão principal da memória como agente dinâmico e única promessa de

¹¹ Através de uma narrativa problematizada, abordando dois casos específicos, Huyssen (2014) faz uma defesa do esquecimento público em situações onde o mesmo revelou-se constitutivo de um discurso politicamente desejável: a Argentina em relação à lembrança do terrorismo de Estado, e a Alemanha sobre a guerra aérea sobre as cidades alemãs durante a Segunda Guerra Mundial.

continuidade [pois] a solidariedade do passado com o futuro foi substituída pela solidariedade do presente com a memória”.

Entre os “lugares de memória”, aqui entendidos como vetores de memória criados para reativar o discurso de germanidade no município de Estrela nos debruçamos, inicialmente ao Grupo de Danças Folclóricas Alemãs (GF), criado em 1964 como o mais antigo grupo do gênero no Brasil, pela IECLB. Observamos, através do histórico do GF descrito em seu site oficial, que o mesmo foi criado justamente com o intuito de reintroduzir as danças consideradas típicas alemãs na sociedade local: “Os jovens da época não sabiam mais dançar valsas, polkas e schottisch. Aquelas danças antigas estavam se perdendo no esquecimento do tempo”¹². Atualmente, o Grupo conta com 420 componentes, com idade entre três e oitenta anos, e realiza apresentações em âmbito nacional e internacional. O evento ordinário de participação do Grupo, no entanto, é o Festival do Chucrute de Estrela¹³ que, desde 1965, é comemorado a fim de exaltar a etnicidade teuto-brasileira no município.

A partir do GF e de sua adesão pela população local ao longo do período precedente a sua criação, verificamos que nas últimas décadas o poder público municipal passou a direcionar os eventos culturais da cidade para o viés da germanidade. Assim, nas últimas décadas, foram criados roteiros turísticos relacionados à imigração alemã na região e passaram a ser promovidos eventos também ligados à ideia de germanidade para comemorar o aniversário do município: Maifest; os Jogos Germânicos; e o Park Chopp Fest. No âmbito do poder privado, Estrela também possui um Museu-casa, criado na década de 1970 por um casal de moradores da cidade a fim de ressaltar objetos relacionados à imigração alemã. Em maio de 2013, um jornal local reproduziu a fala do prefeito do município, ao ser questionado sobre as festividades, no que este respondeu: “Admiro os estrelenses pela paixão que têm pela cultura germânica. Observar toda essa gente que compareceu para prestigiar a abertura de nossa festa me dá muito orgulho”¹⁴. O informativo também discorreu sobre a programação do evento e anunciou: “Até o dia 26, a cultura alemã seguirá sendo cultuada por meio de músicas, dança e gastronomia típica”¹⁵. Esse conjunto de comemorações e festividades

¹²Histórico do Grupo Folclórico Alemão de Estrela, disponível no site: <http://www.gruposfolcloricosdeestrela.com.br/>. Acesso em 25 abr. 2014.

¹³No site oficial do Festival do Chucrute de Estrela, os turistas são convidados a participar do evento: “Venha viver a Alegria do mais tradicional Festival de Folclore Alemão do Estado do Rio Grande do Sul, animado com muita Música, Dança e Gastronomia Típica”. Disponível em: <http://www.festivaldochucrute.com.br/> Acesso em 25 abr. 2015.

¹⁴“Começa a Maifest dos 137 anos”. O INFORMATIVO DO VALE, ano XLII, p. 4, 18 e 19 mai. 2013.

¹⁵Idem.

compõem, portanto, “lugares de memória” que possibilitam um reenquadramento de uma narrativa que positiva uma identificação da cidade com uma germanidade e acaba por silenciar memórias e enquadrar outras.

5. Considerações finais

Refletir sobre o período de repressão da cultura teuto-brasileira através de documentos institucionais e narrativas que relatam a proibição do idioma, o fechamento de escolas e de associações de caráter étnico num período como o Estado Novo, assim como analisar a maneira como esse grupo étnico se reorganizou para que houvesse permanência desses traços culturais no tempo presente demonstra as formas de reconstrução dessa identificação étnica através de novas ativações patrimoniais, como é o caso dos roteiros turísticos, da criação do Grupo Folclórico de Danças Alemãs, do Festival do Chucrute e demais festividades que ocorrem atualmente no município. Sendo a identidade étnica um processo de constante reelaboração de acordo com diferentes contextos históricos, assim como os processos de patrimonialização, entretanto, não podemos nos furtar da reflexão de que estas ativações patrimoniais contemporâneas no município obedecem não apenas uma nova ordem de tempo pautada numa aceleração da história e direcionada ao mercado turístico, como também na ideia de que o patrimônio cultural procura positivar os grupos aos quais se remete, harmonizando uma trajetória histórica nem sempre marcada por momentos festivos – como os documentos e narrativas sobre a Campanha de Nacionalização testemunham. No caso de Estrela, por exemplo, ao mesmo tempo em que o poder público apoia e enaltece estas festividades com a justificativa de estar valorizando e preservando a história local, o descaso sobre o patrimônio documental do município é patente na medida em que não fomenta a criação de um arquivo público no município e se exime do dever de salvaguardar a memória local.

Referências:

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.

DREHER, M. N. (org.). *Hermann Gottlieb Dohms: Textos escolhidos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

FÁVERI, M. de. *Memórias de uma (outra) guerra*. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. 2. Ed. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005. 533p.

GERTZ, René E. *O Perigo Alemão*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.

HUYSSSEN, Andréas. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In: -, *Culturas do Passado-Presente*. Modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro. Contraponto:2014. p. 155-176.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>.

NORA, P. La era de la comemoración In: *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*. Montevideo: Trilce, 2008. p. 167-199.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *Cultura é patrimônio*. Um guia. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-13, 1989.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. A Identidade Teuto-brasileira Pensada pelo Intelectual Aloys Friederichs. *Anos 90, Porto Alegre*, v. 12, n. 21/22, p. 295-330, jan./dez. 2005.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 3 ed. Brasília: Editora da UnB, 1994. vol. 1. (P. II, cap. IV, “Relações comunitárias étnicas”, p. 269-277).

WEBER, Regina. Estudos sobre imigrantes e fontes orais: identidade e diversidade. *História Oral* (Rio de Janeiro), v. 16, p. 5-22, 2013.

WERLE, Bibiana. *A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)*. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação (Licenciatura em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS

27 A 31 DE JULHO DE 2015

FLORIANÓPOLIS - SC